

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.535.055 - SC (2015/0123322-3)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : ANTONIO CARLOS DA SILVA**  
**ADVOGADO : MELÂNIA RUON - SC011489**  
**RECORRIDO : MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**PROCURADOR : DULCE TERESINHA WURTH E OUTRO(S) - SC009477**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Antônio Carlos da Silva, com amparo nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado (e-STJ, fl. 304):

AÇÃO AJUIZADA POR SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU OBJETIVANDO O RECONHECIMENTO DAS "AULAS EXCEDENTES" COMO SE FOSSEM LABOR EXTRAORDINÁRIO - PRETENSÃO INATENDIDA - EXEGESE DOS ARTS. 99 e 270, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 01/1990.

"O caráter opcional e transitório da ministração das 'aulas excedentes', previstas na Lei Complementar n. 01/1990, do Município de Blumenau, para atender situações emergenciais e imprevistas na rede de ensino, descaracteriza a prestação de serviço extraordinário, não rendendo ensejo ao pagamento incrementado da hora-aula. (TJSC, Apelação Cível n. 2008.010128-9, de Blumenau, rel. Des. Newton Janke, j. 14-10-2009).

PLEITO DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS A TÍTULO DE CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL - REPETIÇÃO DE INDÉBITO INDEVIDA - EXPRESSA PREVISÃO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 41/1992 - LEGALIDADE DO DESCONTO.

"Não cabe a repetição dos descontos previdenciários realizados sobre verbas de caráter eventual de servidor público ainda ativo, se à época eram expressamente autorizados pela legislação municipal, não se aplicando ao caso a regra geral do art. 201, § 11 da Constituição Federal". (TJSC, Apelação Cível n. 2006.001425-8, de Blumenau, rel. Des. Jaime Ramos, j. 04-04-2006).

PROGRESSÃO FUNCIONAL PREVISTA NOS ARTS. 19, I, E 20, DA LEI COMPLEMENTAR N. 127/1996, DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU - INCONSTITUCIONALIDADE NÃO EVIDENCIADA - VANTAGENS CONCEDIDAS EM RAZÃO DE FATOS GERADORES DIVERSOS.

"Não são inconstitucionais os arts. 19, I, e 20, da Lei Complementar n. 127/96, do Município de Blumenau, que prevêm as promoções por desempenho e por antiguidade, porquanto, não há cumulação de duas vantagens sobre o mesmo fato gerador." (TJSC, Apelação Cível n. 2008.000389-7, de Blumenau, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, j. 22.07.2008).

PROMOÇÃO POR DESEMPENHO - NECESSIDADE DE PRÉVIA AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO LABORAL DO SERVIDOR - SENTENÇA

# *Superior Tribunal de Justiça*

CONDICIONAL QUE DETERMINA A CONCESSÃO DA VANTAGEM REMUNERATÓRIA CASO HAJA ÊXITO DO SERVIDOR NAS AVALIAÇÕES - PROVIMENTO JURISDICCIONAL REFORMADO, EM SEDE DE REEXAME NECESSÁRIO, DE MODO A ASSEGURAR APENAS O DIREITO DO SERVIDOR DE SER SUBMETIDO AO PROCESSO AVALIATÓRIO - PRECEDENTES.

"É remansoso o entendimento deste Tribunal, no sentido de que 'estando prevista em Lei Municipal, é incontestável o direito dos Servidores do Município de Blumenau de se submeterem à avaliação de desempenho, visando avançar referências de vencimento. O direito à promoção, no entanto, deverá ser aferido pela Administração em face do resultado avaliatório.' (Apelação Cível n. 2008.060837-4, de Blumenau, rel. Des. Luiz César Medeiros, j. 17.02.2009).

Afinal de contas, 'não se pode confundir o direito do servidor público de ser submetido à avaliação de desempenho, com o recebimento da respectiva promoção, isto é, com o efetivo acréscimo pecuniário aos vencimentos. Ao Poder Judiciário, em razão do princípio da legalidade, compete assegurar, tão somente, o direito à realização das avaliações, sob pena de proferir sentença condicional e de interferir no poder discricionário da Administração' (AC n. 2006.020095-2, de Blumenau, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, j. 26.07.07)." (TJSC, Apelação Cível n. 2008.005654-4, de Fraiburgo, rel. Desa. Sônia Maria Schmitz, j. 14.10.2009).

RECURSO E REMESSA NECESSÁRIA PARCIALMENTE PROVIDOS.

O recorrente alega a existência de contrariedade ao art. 460 do CPC/1973 e aduz, em síntese, que a sentença proferida pelo Juízo de piso não é condicional, afirmando que "está absolutamente certa, com todos os parâmetros estabelecidos, não deixando qualquer pendência como Sentença em si, apenas a relação jurídica decidida é condicional, o que é plenamente permitido pelo parágrafo único do art. 460, do CPC, ainda mais neste caso, em que a promoção do servidor que obtiver avaliação positiva, é uma consequência determinada pelo § 2º, do art. 22, da LC 127/96 e ainda porque as condições do trabalho das recorrentes já se deu de fato, apenas o recorrido não formalizou as avaliações" (e-STJ, fl. 548).

Sustenta a correção da sentença, tanto que "[...] já estamos executando inúmeros processos com decisões idênticas a esta decisão de 1ª Instância, sem qualquer problema. Apenas realizamos a execução em duas etapas: 1º. A obrigação de fazer (realizar as avaliações por desempenho) em que há a incorporação das referências nas avaliações positivas, e depois em 2a. Etapa encaminhamos os cálculos para pagamento dos valores salariais em atraso e reflexos. São os processos da Comarca de Blumenau sob números; 008.03.019099-9, 008.04.022049-1 e 008.03.013311-1, nesse momento já várias outras, inclusive com decisão favorável aos servidores públicos, inclusive proferida por este STJ, conforme se verá adiante" (e-STJ, fl. 549).

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 739).

É o relatório.

# Superior Tribunal de Justiça

A Corte de origem deu provimento ao apelo do Município de Blumenau, ao afirmar que (e-STJ, fls. 461):

Quanto à avaliação para fins de promoção por desempenho, prevista na Lei Complementar n. 127/1996, do Município de Blumenau, a sentença recorrida está assim redigida: "condenar o requerido a promover as avaliações por desempenho do requerente, referentes aos meses de outubro de 1998 e outubro de 2001, conforme dispõem os artigos 19, 20, 21 e 22 da Lei Complementar n.º 167/96. Para cada avaliação a que for aprovado, terá o requerente direito ao acréscimo de 2 (duas) referências salariais à sua remuneração mensal, de forma cumulada, retroativamente às datas supramencionadas, com todos os reflexos patrimoniais dele decorrentes, valores e s que deverão ser apurados em liquidação de sentença."

Vê-se que, ao contrário do que alega o ente público, não se trata de *decisum* no qual o Poder Judiciário substituiu a vontade da Administração no tocante à avaliação dos servidores para efeitos de promoção, uma vez que a determinação é no sentido de que o Município efetivamente submeta o servidor à avaliação prevista na Lei Complementar n. 167/1996.

É certo que o comando seguinte da sentença objurgada, no sentido de que a obtenção da promoção ocorrerá caso o autor seja aprovado em sua avaliação, confere ao *decisum* uma carga condicional, que, em sede de reexame necessário, deve ser extirpada. "Diante desse cenário, a respeito da progressão horizontal por desempenho, o que se permite tutelar por intermédio da presente demanda resume-se ao direito da autora de ter sua atuação laboral avaliada, compelindo-se a Administração a efetivar a obrigação que lhe incumbe, sob pena de se ferir a certeza do provimento jurisdicional, exigida pelo parágrafo único do artigo 460 do Código de Processo Civil." [...].

No exame detido da sentença, entendo que não existe violação ao disposto no art. 460 do CPC/1973. A sentença proferida pela Juíza de primeiro grau não condicionou a pretensão do autor a evento futuro e incerto. Pelo contrário, julgou procedente o pedido para que o município promova a avaliação funcional do autor e consequentemente acrescente aos seus vencimentos 2 (duas) referências para cada avaliação em que for aprovado. Como se pode observar (e-STJ, fl. 271):

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais, para: a) condenar o requerido a promover as avaliações por desempenho do requerente, referentes aos meses de outubro de 1998 e outubro de 2001, conforme dispõem os artigos 19, 20, 21 e 22 da Lei Complementar n.º 167/96. Para cada avaliação a que for aprovado, terá o requerente direito ao acréscimo de 2 (duas) referências salariais à sua remuneração mensal, de forma cumulada, retroativamente às datas supramencionadas, com todos os reflexos patrimoniais dele decorrentes, valores estes que deverão ser apurados em liquidação de sentença [...].

# *Superior Tribunal de Justiça*

Constata-se do teor do julgamento proferido pela Juíza Maria Teresa Visali da Costa Silva que o servidor tem direito à promoção, embora sujeito à avaliação por desempenho, de sorte que tal proceder, indubitavelmente, não está sujeito a incertezas, ao contrário, encontra-se certo, e incontroverso é a consequência caso as avaliações venham a ser positivas, qual seja, 2 (duas) referências para cada avaliação em que for aprovado.

Portanto, encontra-se correta a sentença nos termos do art. 460, parágrafo único do CPC/1973.

Nesse sentido, confira-se:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO DE RENDA. ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS. LICENÇA-PRÊMIO. APIP. NÃO-INCIDÊNCIA. SENTENÇA CERTA E DETERMINADA. REGULAÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA CONDICIONAL. POSSIBILIDADE. ART. 333 DO CPC. TAXA SELIC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA Nº 07/STJ.

[...]

IV - O ordenamento jurídico pátrio não veda que relações jurídicas condicionais sejam decididas pelo órgão julgador, como dispõe o art. 460, parágrafo único, do CPC. Exige-se apenas que a sentença seja sempre certa e, em regra, determinada. No caso sub examine, foram respeitados tais requisitos. Primeiro porque a prestação jurisdicional foi claramente definida no julgado, imputando-se a condenação à recorrente, sendo, portanto, certa a sentença. Ademais, o aludido julgado é determinado, visto que restou explicitado sobre quais verbas não deve incidir o imposto de renda, ainda que se refira a valores que serão recebidos pelos recorridos, pois, como já se falou, é permitida a regulação, pelo Estado-Juiz, de relação jurídica condicional.

V - O que não é permitido pelo nosso sistema jurídico é a "sentença condicional", que, no dizer do ilustre Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, "mostra-se incompatível com a própria função estatal de dirimir conflitos, consubstanciada no exercício da jurisdição". Não pode o resultado do processo, se procedente ou improcedente o pedido, ficar pendente da ocorrência de evento futuro e incerto. Precedente: REsp nº 164.110/SP, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, DJ de 08/05/2000.

[...]

VII - Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, improvido.

(REsp 861.296/CE, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/11/2006, DJ 14/12/2006, p. 312)

O Superior Tribunal de Justiça, em situações semelhantes, adotou a mesma solução a que aqui foi aplicada: REsp 1.259.730/SC, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe 17/12/2015; REsp 1.381.995/SC, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 1º/7/2013; REsp 1.261.736/SC, Min. Herman Benjamin, DJe 24/10/2012; AG 1.099.992/SC, Min. Rel. Laurita Vaz, DJe 4/3/2009.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, §

# *Superior Tribunal de Justiça*

4º, III, do RISTJ, e na Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação, para restabelecer a sentença de primeira instância.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Ministro

